

Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum

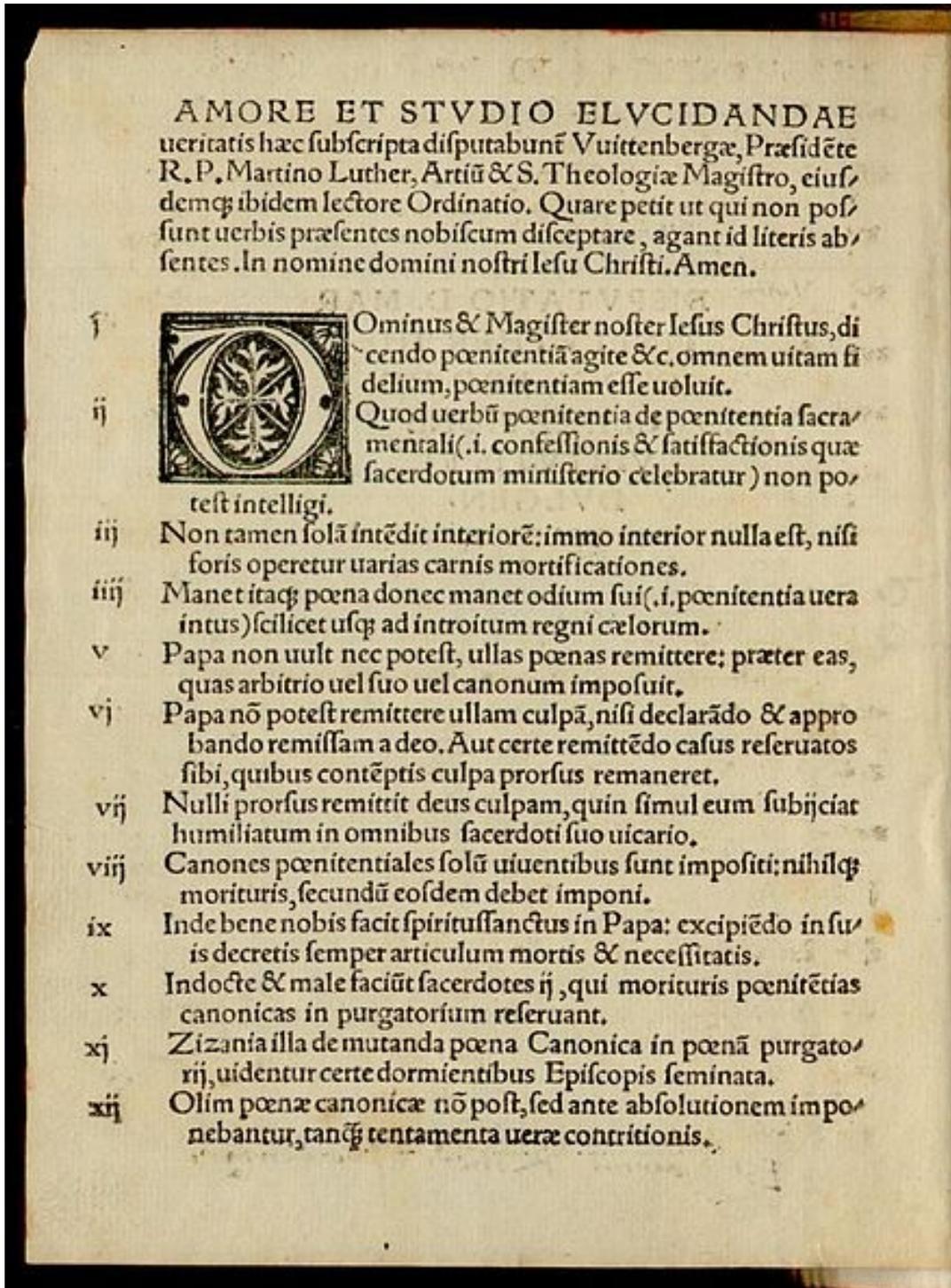
Disputação do Doutor Martinho Lutero sobre o Poder e Eficácia das Indulgências

As 95 Teses de Lutero de Martinho Lutero

Lutero enviou as *Teses* anexadas a uma carta a Alberto de Mainz, o Arcebispo de Mainz, em 31 de outubro de 1517 (...). Lutero também pode ter afixado as *Teses* na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg e de outras igrejas em Wittenberg, de acordo com o costume da Universidade, em 31 de outubro, ou em meados de novembro. As *Teses* foram rapidamente reimpressas, traduzidas e distribuídas por toda a Alemanha e a Europa. Iniciou-se então uma guerra panfletária com o pregador de indulgências Johann Tetzel, contribuindo para a difusão da fama de Lutero. Os superiores eclesiásticos de Lutero o julgaram de heresia, o que culminou na sua excomunhão em 1521. (...)

O cartaz de Nuremberg de 1517 introduz as *Teses* com *Amore et studio elucidande veritatis: hec subscripta disputabuntur Wittenberge. Presidente R.P Martino Luther ... Quare petit: vt qui non possunt verbis presentes nobiscum disceptare: agant id Uteris absentes*. Lutero usualmente as chama de "*meine Propositiones*" (minhas proposições). (...)

O responsável pela impressão em Wittenberg era Johann Rhau-Grunenberg. Um exemplar de Rhau-Grunenberg sobre a "Disputa Contra a Teologia Escolástica", publicada apenas oito semanas antes das *95 Teses*, foi descoberta em 1983.[41] Seu formato é bastante similar à impressão de Nuremberg sobre as *95 Teses* [1]



Primeira página da impressão de 1517 das *Teses*, distribuída na Basileia no formato de panfleto. Origem: http://www.e-rara.ch/bau_1/content/pageview/69647. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/95_Teses, acesso em 01 de janeiro de 2109.

Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Ao dizer: “Fazei penitência [2], etc. (Mt 4:17), nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.
2. Esta expressão não pode ser entendida no sentido da Penitência sacramental [3] (isto é, da confissão e satisfação [4] celebrada pelo ministério dos sacerdotes).
3. No entanto, ela não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificações da carne.
4. Por consequência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é a verdadeira penitência interior), ou seja, até a entrada no reino dos céus.
5. O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.
6. O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetindo-a nos casos reservados para si; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.
7. Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário.
8. Os cânones penitenciais [5] são impostos apenas aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.

9. Por isso o Espírito Santo nos beneficia através do papa quando este, em seus decretos, sempre exclui a circunstanciada morte e da necessidade [6].
10. Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório [7].
11. Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório parece ter sido semeada enquanto os bispos certamente dormiam [8].
12. Antigamente se impunham as penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição [9].
13. Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.
14. Saúde [10] ou amor imperfeito no moribundo necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.
15. Este temor e horror por si sós bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.
16. Inferno, purgatório e céu parecem diferir da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.
17. Parece necessário, para as almas no purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor [11].
18. Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.
19. Também parece não ter sido provado que as almas no purgatório estejam certas e seguras

- de sua bem-aventurança, ao menos não todas, mesmo que nós, de nossa parte tenhamos plena certeza.
20. Portanto, sob remissão plena de todas as penas o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.
21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.
22. Com efeito, ele não dispensa as almas do purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.
23. Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele certamente só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.
24. Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.
25. O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura têm em sua diocese e paróquia em particular.
26. O papa fez muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (o que ele não tem [12]), mas por meio de intercessão.
27. Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [13].
28. Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja [14], porém, depende apenas da vontade de Deus.
29. E quem é que sabe se todas as almas no purgatório querem ser resgatadas? Diz-se que este

- não foi o caso com S. Severino e S. Pascoal [15].
30. Ninguém tem certeza da veracidade de sua contrição, muito menos de haver conseguido plena remissão.
 31. Tão raro como quem é penitente de verdade é quem adquire autenticamente as indulgências, ou seja, é raríssimo.
 32. Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.
 33. Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.
 34. Pois aquelas graças das indulgências se referem somente às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.
 35. Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar almas ou adquirir breves confessionais [16].
 36. Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão plena de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.
 37. Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.
 38. Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse [17]) constituem declaração do perdão divino.
 39. Até mesmo para os mais doutos teólogos é difícilimo exaltar perante o povo, ao mesmo tempo, a liberalidade das indulgências e a verdadeira contrição.

40. A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências as afrouxa e faz odiá-las, pelo menos dando ocasião para tanto.
41. Deve-se pregar com muita cautela sobre as indulgências apostólicas, para que o povo não as julgue erroneamente como preferíveis às demais boas obras de amor.
42. Deve-se ensinar aos cristãos que não é pensamento do papa [18] que a compra de indulgências possa de alguma forma ser comparada com as obras de misericórdia.
43. Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.
44. Ocorre que através da obra de amor cresce o amor e a pessoa se torna melhor, ao passo que com as indulgências ela não se torna melhor, mas apenas mais livre de pena.
45. Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligencia para gastar com indulgências obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.
46. Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgências.
47. Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.
48. Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, assim como mais necessita, da mesma forma mais deseja uma oração devota a seu favor do que o dinheiro que se está pronto a pagar.
49. Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis se não depositam sua confiança nelas, porém extremamente prejudiciais se perdem o temor de Deus por causa delas.

50. Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro do que edificá-la com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.
51. Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto – como é seu dever – a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem arditosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.
52. Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário [19] ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.
53. São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação de indulgências, fazem calar por inteiro a palavra de Deus nas demais igrejas [20].
54. Ofende-se a palavra de Deus quando, em um mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.
55. A atitude do papa é necessariamente esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.
56. Os tesouros da Igreja [21], dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.
57. É evidente que eles certamente não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.
58. Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos [22], pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.
59. S. Lourenço [23] disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no

- entanto, a palavra como era usada em sua época.
60. É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.
61. Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos [24,] o poder do papa por si só é suficiente.
62. O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.
63. Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos [25].
64. Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.
65. Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.
66. Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.
67. As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.
68. Entretanto, na verdade elas são as graças mais ínfimas em comparação com a graça de Deus e a piedade da cruz.
69. Os bispos e curas têm a obrigação de admitir com toda a reverência os comissários de indulgências apostólicas.

70. Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos e atentar com ambos os ouvidos para que esses comissários não preguem os seus próprios sonhos em lugar do que lhes foi incumbido pelo papa.
71. Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.
72. Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.
73. Assim como o papa com razão fulmina [26] aqueles que de qualquer forma procuram defraudar o comércio de indulgências,
74. muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.
75. A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.
76. Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais [27] no que se refere à sua culpa.
77. A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse o papa atualmente, poderia conceder maiores graças é blasfêmia contra São Pedro e o papa.
78. Afirmamos, ao contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam o Evangelho, os poderes [28], os dons de curar, etc., como está escrito em 1 Co 12.
79. É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insignemente erguida [29], equivale à cruz de Cristo.

80. Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitem que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.
81. Essa licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.
82. Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas – o que seria a mais justa de todas as causas –, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica – que é uma causa tão insignificante?
83. Do mesmo modo: por que se mantêm as exéquias e os aniversários dos falecidos [30] e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?
84. Do mesmo modo: que nova piedade de Deus e do papa é essa: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de deus, porém não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e diletta, por amor gratuito?
85. Do mesmo modo: por que os cânones penitenciais – de fato e por desuso já há muito revogados e mortos – ainda assim são remidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?
86. Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior que a dos mais ricos Crassos [31], não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta uma Basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?
87. Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito a remissão e participação plenária?

88. Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações 100 vezes ao dia a qualquer dos fiéis?
89. Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do que o dinheiro, por que suspende as cartas de indulgências outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?
90. Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.
91. Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas essas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.
92. Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: “Paz, paz!” sem que haja paz [32]!
93. Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: “Cruz! Cruz!” sem que haja cruz!
94. Devem-se exortar os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através de penas, da morte e do inferno;
95. e, assim, a que confiem que entrarão no céu antes através de muitas tribulações [33] do que pela segurança da paz.

Amore et studio elucidande veritatis: hec subscripta disputabuntur Wittenberge. Presidente R. P. Martino Lutthero: Artiu[m] et S. Theologie Magistro: eiusdemq[ue] ibidem lectore Ordinario. Quare petit: vt qui non possunt verbis presentes nobiscu[m] disceptare: agant id literis absentes. In noie om[n]i nostri b[e]n[e]ficii ch[rist]i. Amc.

1 Dominus et magister n[ost]r[us] Iesus ch[rist]o dicendo. Penitentia[m] agite. et omne[m] vitam fidelium penitentiam esse voluit.

2 Quod verbum de penitentia sacramentali id est confessione et satisfactio[n]e que sacrodotum ministerio celebratur non pot[est] intelligi.

3 Non t[ame]n solum intendit interiori: immo interiori nulla est nisi foris opere retur varias carnis mortificationes.

4 Manet itaq[ue] pena donec manet otiosus sui (id est penitentia vera intus) scy vsq[ue] ad introitum regni celoz.

5 Papa no[n] pot[est] remittere vlla[m] culpam nisi declarando et approbando remissionem a deo. Sicut certe remittendo casus referuntur sibi: quib[us] p[ro]p[ter] p[ro]p[ri]a culpa p[ro]p[ri]as remaneret.

6 Nulli p[ro]p[ri]as remittit deus culpa: quia simul cu[m] subiciat: humiliat in omnibus: sacerdoti suo vicario.

7 Canonice penitentiales soli vnicuique sunt impositi: nullisq[ue] mortuis s[ed] s[ed]m co[n]d[em]n[ati] debet imponi.

8 S[an]cta illa de mutanda pena Canonica in penam purgatorij: videt[ur] certe documentibus episcopis seminata.

9 Olim pene canonice no[n] possit ante abolitionem imponerentur: tantu[m] tenentem vere contritione[m].

10 Docuiturq[ue] in hoc omnia soluitur: et legibus canonu[m] mortui iam sunt habentes iure carum relaxationem.

11 Imperfecta sanctoru[m] b[e]n[e]ficia mortuis: necessario secum fert magnu[m] timore[m]: tantu[m]q[ue] maior: quanto imos fuerit ipsa.

12 Hic timor et horro[re] factus est: se solo: vt alca tacea: facere pena[m] purgatorij: cum sit p[ro]p[ri]us de p[ro]p[ri]o horro[re].

13 Videt[ur] infernus: purgatorij: celum differre: sicut desperatio: p[ro]p[ter] desperatio. securitas differunt.

14 Necessariu[m] videt[ur] aiab[us] in purgatorio: sicut in h[ab]itu ho[m]i[n]is. ita augeri charitatem.

15 Hec p[ro]batas videt[ur] vllis: aut scribitur: q[uod] sit extra ista s[ed] tum meriti seu agende charitatis.

16 Hec hoc p[ro]batu[m] esse videt[ur]: q[uod] sint de sua b[e]n[e]ficia certe et secure salte o[mn]i. licet no[n] certissimi simus.

17 Agitur papa p[ro] remissione plenaria[m] o[mn]i pena: no[n] simpliciter o[mn]i. in relictis q[ue] p[ro]p[ri]a in purgatorij g[ra]tialiter: talem h[ab]et quilibet s[ed] p[ro]p[ri]o scopu[m] et curato in sua diocesi et parochia specialiter.

18 Erant itaq[ue] indulgentiaru[m] p[ro]p[ri]o: ita dicit per pape indulgentiaru[m]: h[ab]ent ab om[n]i pena solut et saluari.

19 Nullu[m] nulla remittit aiab[us] in purgatorio: qua[m] in hac vita debuissent sui canonice solvere.

20 Remissio vlla o[mn]i o[mn]i pena: pot[est] alicui dari. certu[m] est ea no[n] nisi p[ro]p[ri]o fecerit. i. paucissimi dari.

21 Sicut ob id necesse est: maiore parte populi: per indifferentem illa[m] et magnificam pene solute. p[ro]p[ri]o.

22 Quare p[ro]p[ri]a in purgatorij g[ra]tialiter: talem h[ab]et quilibet s[ed] p[ro]p[ri]o scopu[m] et curato in sua diocesi et parochia specialiter.

23 Optime facit papa: q[uod] no[n] p[ro]p[ri]o clauso: qua[m] nulla h[ab]et: sed per modu[m] suu[m] frag[ile] dat aiab[us] remissionem.

24 H[ab]ent p[ro]p[ri]a: qui statim vt sacru[m] nummus in cassam tinnit: euloare dicit animu[m].

25 Certu[m] est: nullo in cassam tinnente: augeri questu[m] et auaricia[m] posse. susfragium aut ecclesie in arbitrio dei soli est.

26 Quis scit: si deo ate in purgatorio velint redimi. sicut de s. Sueronio et pascali factu[m] narratur.

27 Nullus est securus de veritate sue co[n]tritione. multominus de co[n]fessione plenarie remissionis.

28 Quare est de penite[n]tia: no[n] est de indulgentia redimere. i. tantu[m]q[ue] d[omi]n[u]m b[e]n[e]ficia[m] interna[m] cu[m] suo ng[ra]t[io]ne: qui p[ro]p[ri]a vniq[ue] securus sese erant de sua salute.

29 Quare sunt nimo: qui dicit venias illas pape: donu[m] esse illud dei inestimabile: quo reconciliat homo deo.

30 Quare em ille venias: tantu[m] respiciunt penas satisfactio[n]e sacram[en]talis ad bonu[m] co[n]fessionis.

31 Non est ista p[ro]p[ri]a: qui dicit: q[uod] redemptio[n]e animas vel co[n]fessionis: no[n] sit necessaria co[n]tritio.

32 Quilibet ch[rist]ianus vere co[n]p[un]ctus: h[ab]et remissionem plenaria[m]: a pena et culpa. etiam sine istis venias sibi dedit.

33 Quilibet verus ch[rist]ianus: sine vniuo sine mortu[us]: h[ab]et participatione[m] o[mn]i bonoz ch[rist]i et ecclesie. etia[m] sine istis venias a deo sibi datam.

34 Remissio t[ame]n et participatio pape: nullo mo[d]o est p[ro]p[ri]a: qui vt dixi est declaratio remissionis vniuo.

35 Difficiliu[m] est etia[m] doctrinam Theologu[m] simul extollere venias largitate[m] et co[n]tritionis veritate[m] coram populo.

36 Co[n]tritionis veritas penas querit et amat. Venias aut largitas relaxat: et odisse facit saltem occasione.

37 Laute sunt vniuo aplice p[ro]p[ri]a: ne populus false intelligat. eas p[ro]p[ri]a ferat certe bonis o[mn]ibus charitatis.

38 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] pape mens no[n] est: redemptione[m] venias vlla ex parte co[m]paranda esse o[mn]ibus misericordie.

39 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] dano paup[er]i: aut mutans egent: meli[us] facit: q[uod] si venias redimeret.

40 Quia p[ro]p[ri]o opus charitatis crescit: charitatis: fit h[ab]et melio[re]. sed p[ro]p[ri]a no[n] fit melio[re]: sed timido a pena liberio.

41 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] qui videt egent: et neglecto eo. dat. p[ro]p[ri]a venias no[n] indulgentias pape: sed indignatione[m] dei sibi vendit.

42 Docendi sunt ch[rist]iani: q[uod] nisi sup[er]fluo abundet: necessaria tenent do[m]m[u] sui: retere: et nequa[m] p[ro]p[ri]a venias effundere.

43 Doce[n]t sunt ch[rist]iani. q[uod] redemptio veniaru[m] est libera: no[n] p[ro]p[ri]a.

44 Doce[n]t sunt ch[rist]iani. q[uod] pape sicut magis eger: ita magis optat in vniuo dandis. p[ro]p[ri]a deo[rum] orationem: q[uod] p[ro]p[ri]a pecuniam.

24 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] venie pape sunt viles: si non in eas confidant. Sed no[n] co[n]fitemur: timorem dei per eas amittant.

25 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] si pape nosset exactione[m] venialiu[m] p[ro]p[ri]o: rum mallet Basili[ca]. s. p[ro]p[ri]a in cinere[m] ire: q[uod] edificari. cute carne et o[mn]i b[e]n[e]ficio o[mn]iu[m] suaz.

26 Docendi sunt ch[rist]iani. q[uod] pape sicut debet ita vellet. etiam vendita si opus sit Basili[ca]. s. p[ro]p[ri]a de suo pecunio dare illa: a quo: rum pluri mis quib[us] co[n]cionatores venias pecuniam eliciunt.

27 Quare est fiducia saluris p[ro]p[ri]a vniq[ue]. etia[m] si co[m]missarius: immo pape ipse sua aiam p[ro]p[ri]a impigneraret.

28 H[ab]itio ch[rist]i et pape sunt illi: qui p[ro]p[ri]a venias p[ro]p[ri]a dandis verbu[m] dei in alio ecclesie p[ro]p[ri]a filere iubent.

29 Inuria fit verbo dei: vni in eod[em] sermone: equale vel longius t[em]pus impenditur venis q[uod] illi.

30 Vniuo pape necessario est. q[uod] si venie (q[uod] minimum est) vna capana: vniuo pompio: etia[m] pompio: centu[m] pompio: centu[m] ceremonio p[ro]p[ri]o.

31 H[ab]itio ecclesie vni pape dat indulgentia: nec p[ro]p[ri]a notari sunt: nec cogitri apud p[ro]p[ri]a ch[rist]i.

32 Temporalis certe no[n] esse patet. q[uod] no[n] t[ame]n facile eo p[ro]p[ri]a: s[ed] t[ame]n colligant multi co[n]cionatores.

33 Hec sunt merita ch[rist]i et scy. q[uod] hec fit sine pape op[er]a p[ro]p[ri]a ho[m]i[n]is merito: et cruce: morte: infernu[m]q[ue] extorio.

34 H[ab]itio ecclesie s. Laur[ent]i dicit esse: paupes ecclesie. s[ed] locutus est vniuo vocabuli suo t[em]p[or]e.

35 H[ab]itio vniuo t[em]p[or]e dicitur: clauco ecclesie merito h[ab]itio donata: esse thesaurum istum.

36 Clauco est. q[uod] ad remissionem pena: et casu[m] sola sufficit p[ro]p[ri]a pape. etia[m] si venias ecclesie. est sacro sc[ri]ptu[m] euangelium glorie et gratie dei.

37 H[ab]itio aut[em] est merito odiosissimu[m]. q[uod] ex p[ro]p[ri]a factu[m] nouissimu[m].

38 H[ab]itio vniuo aut indulgentiaru[m] merito est gratissimu[m]. q[uod] ex nouissimu[m] factu[m] primo.

39 Agitur thesauri Euangelici rhetia sunt: quibus olim p[ro]p[ri]a vniuo dicitur.

40 H[ab]itio indulgentiaru[m] rhetia sunt: quibus nu[m]q[ue] p[ro]p[ri]a dicitur vniuo.

41 Indulgente: quas co[n]cionatores vociferant maxias g[ra]s. intelligunt vere tales quoad questum p[ro]p[ri]o.

42 Sunt tamen vere minima ad g[ra]m dei et crucis pietate compare.

43 Tenet s[ed] p[ro]p[ri]a et Laur[ent]i venias applicari co[m]missarius cu[m] osti reuerentia admittit.

44 Sed magis tenent o[mn]ibus oculis intendere: o[mn]ibus aurib[us] aduertere: ne p[ro]p[ri]a pape sua illi somnia p[ro]p[ri]o.

45 Contra venias applicat: vniuo q[uod] loquit. fit ille anathema et maledictus.

46 Qui vero contra libidine[m] ac licentia[m] verbu[m] dei co[n]cionatores venias curam agit: ille benedictus.

47 Sicut pape iuste fulminat eos: qui in fraudem negotij veniaru[m] quas cuiq[ue] arte machinantur.

48 Quotomago fulminare intendit eos: qui p[ro]p[ri]a vniuo pretextu in fraudem ferre charitatis et veritatis machinant.

49 Quotomago venias papales t[ame]n esse: vt solvere possint ho[m]i[n]es. etia[m] si q[uod] impossibile dei genitricis violat. est infante.

50 Dicitur contra. q[uod] venie papales: nec minimu[m] venialium p[ro]p[ri]o: tolle re possint quo ad culpam.

51 De h[ab]itio s. p[ro]p[ri]a modo pape esse: maiore g[ra]s donare possit est blasphemia in sc[ri]ptu[m] Petrum et pape.

52 Dicitur contra. q[uod] etia[m] ille et quilibet papa maiore h[ab]et. s[ed] Euangelium: virtute: g[ra]s curatio[n]e. vt. i. Co. xij.

53 Dicere. Luc[em] armis papalibus insignit[ur] cruci: cruci ch[rist]i equinas: heres blasphemia est.

54 Ratione reddent s[ed] p[ro]p[ri]a: Laur[ent]i et Theologi. Qui tales firmos in populum licere simunt.

55 Facit hec licetiosa venias p[ro]p[ri]o. vt nec reuerentia pape facile sit: etia[m] deo vniuo redimere a calumia aut certe arguit q[uod] h[ab]itio laico.

56 Quare pape no[n] cuius purgatorij: p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a charitates et summa aiab[us] necessitate: vt cam o[mn]i iustissim[us]. Si infinita aias redimunt p[ro]p[ri]a pecunia[m] iustissim[us] ad structura[m] Basili[ce]: vt cas leuissim[us].

57 H[ab]itio Laur[ent]i p[ro]p[ri]a et annuaria d[e]f[un]cto: et no[n] reddat ut recipi p[ro]p[ri]a b[e]n[e]ficia p[ro]p[ri]a iustissim[us]. cu[m] ita sit inuria p[ro]p[ri]a o[mn]i.

58 H[ab]itio illa nota pietas dei et pape: q[uod] impio et infimo p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a cum a p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a et amica dei redimere. Et t[ame]n p[ro]p[ri]a necessitate ipsius met. pie et dilecte anie no[n] redimunt ca gratia charitate.

59 H[ab]itio Laur[ent]i p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a et no[n] vniuo: ita in semet abrogat et mortu[us]: ad huc t[ame]n p[ro]p[ri]a redimunt p[ro]p[ri]a co[n]fessione indulgentiaru[m] tanq[ue] vniuo.

60 H[ab]itio Laur[ent]i pape cur[us] o[mn]i hodie sunt opulenti ssimu[m] crasso: no[n] de suo pecunio mag[is] q[uod] paup[er]u[m] fidelium suu[m] vniuo Basili[ca] sancti Petri.

61 Item. Quid remittit aut participat pape istis: qui p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a?

62 Item. Quid addere ecclesie boni maiore. Si pape sicut semel facit: ita ceteris in die equilib[us] fidelium has remissio[n]e[m] et participatio[n]e[m] tribu[n]t.

63 Et quo pape salute querit aiab[us] venias mag[is] q[uod] pecunias. Laur[ent]i sicut istas et venias iam olim p[ro]p[ri]a: sicut q[uod] sint equi efficaces.

64 H[ab]itio scrupulosa laico: argumeta: sola p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a: nec reddita ratione diluere. Est ecclesia et pape hosti[us] ridendo exponere et infelices ch[rist]ianos facere.

65 Ergo venie s[ed] p[ro]p[ri]a et mente pape p[ro]p[ri]a: facile illa omnia soluerent: immo no[n] essent.

66 Quare itaq[ue] o[mn]i illi. i. be: q[uod] dicit p[ro]p[ri]a ch[rist]i. par par. et no[n] est par.

67 Quare agat o[mn]i illi. i. be: q[uod] dicit p[ro]p[ri]a ch[rist]i. par par. et no[n] est par.

68 H[ab]itio ostendi sunt ch[rist]iani: vt caput suu[m] ch[rist]i per penas morte: in remissio[n]e sequi studeant.

69 H[ab]itio magis p[ro]p[ri]a tribulatio[n]e intrare celi: q[uod] p[ro]p[ri]a securitate pacis consistat.

W. D. Xvij. 1577

Impressão das 95 Teses em uma igreja de Nuremberg, editora Hieronymus Hölzel atualmente disponível na Biblioteca Estadual de Berlin. Amore et studio elucidande veritatis. hec subscripta disputabu[n]tur Wittenberge. Presidente R.P. Martino Lutthero: Artiu[m] et S. Theologie Magistro: eiusdemq[ue] ibidem lectore Ordinario. Quare petit: vt qui non possunt verbis presentes nobiscu[m] disceptare: agant id literis absentes. In

projeto a natureza e o tempo (o mundo)

http://biosphera21.net.br/

no[m]i[n]e d[omi]ni nostri hiesu chr[ist]i. Ame[n] Fonte http://digital.staatsbibliothek-berlin.de/werkansicht/?PPN=PPN644115580&PHYSID=PHYS_0001 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/95_Teses, acesso em 01 de janeiro de 2109.

NOTAS

1. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/95_Teses, acesso em 01 de janeiro de 2109.
2. Também seria possível traduzir “arrependei-vos”. No entanto, como a palavra latina poena tem caráter jurídico-legal, é preferível que se opte por “penitência”. Ao usar o conceito, tomando-o de Mt 4.17, na versão da Vulgata, Lutero já está entrando no centro da discussão. Cf. A carta de Lutero a Staupitz (30/5/1518), WA 1,525-7.
3. A Penitência é um dos sete sacramentos da Igreja Católica Romana. Ao usar a expressão “Penitência sacramental”, fica evidente que Lutero não nega a Penitência, mas dá-lhe um sentido mais profundo, a partir do Novo Testamento (cf. Tese 1).
4. O Sacramento da Penitência consiste, segundo doutrina católico-romana, de quatro partes: contritio cordis, confessio oris, absolutio e satisfactio operis. A dispensa ou substituição da satisfação ocorre por meio de indulgências.
5. Prescrição do modo de confessar ou expiar.
6. Sc. extrema.
7. O purgatório, um estado de penitência e purificação entre a morte e o juízo final, é, para a doutrina católico-romana, o local para o pagamento das penas decorrentes dos pecados. Estas penas podem ser parcial ou totalmente eliminadas pelas indulgências. No mundo cristão, a doutrina do purgatório surge primeiro em Orígenes, no século II. Em 1517, Lutero ainda aceita a doutrina do purgatório. Mais tarde irá abandoná-la completamente.
8. Cf. Mt 13.25
9. Nas ordens penitenciais da Igreja antiga, existentes desde os dias de Tertuliano, o pecador tinha que fazer satisfação para alcançar a readmissão na comunhão eclesíastica. Após a satisfação, era-lhe anunciada a absolvição e concedida readmissão. Com esta referência histórica, Lutero pretende reforçar o dito na tese 8, onde afirma que as satisfações só podem ser impostas aos vivos e não aos mortos.
10. Sc. espiritual.

11. O sofrimento do purgatório é um castigo de purificação imposto por Deus e não pelos seres humanos. No escrito Explicações do debate sobre o valor das indulgências (pp. 100ss. deste volume), Lutero dirá que no purgatório deve ser consumido o resto do velho ser humano, para que surja a nova vida no Espírito. O medo ante o castigo desaparece, enquanto que a fé e o amor crescem.
12. Sc. para este fim.
13. Sc. no purgatório. Segundo o pesquisador católico Nicolau Paulus, o pregador dominicano João Tetzel realmente anunciou em suas pregações a frase: “Antes que o dinheiro tilinte na caixa, a alma salta do purgatório”.
14. Isto é, sua aceitação.
15. No escrito Explicações do debate sobre o valor das indulgências (p. 135 deste volume), Lutero dirá: “Não li um escrito fidedigno a respeito dos dois, porém ouvi contar que eles poderiam ter sido libertos por seus méritos, se tivessem querido ser glorificados em grau menor. (...) Mas nessas coisas cada um creia o que quiser, para mim tanto faz”. Lutero reproduz pensamentos do agostiniano João Genser von Paltz (até 1507 em Erfurt).
16. As confessionalia, “breves confessionais”, eram parte importante das graças relacionadas com a proclamação das indulgências jubilares. Quem comprasse tal privilégio adquiria o direito de escolher um confessor, ao qual haviam sido concedidas autorizações (faculdades) especiais para a absolvição. Além disso, adquiria uma indulgência plenária para ser usada uma vez na vida e para a hora da morte. Os confessores indicados, quando da venda de uma tal bula extraordinária, tinham a autoridade de conceder dispensa também nos casos reservados ao papa e de transformar promessas especialmente severas em outras de menor peso. Além disso, podiam autorizar a retenção de bens ilegítimamente adquiridos, de matrimônios entre pessoas inabilitadas devido a certos graus de parentesco, etc.
17. Cf. tese 6.
18. Lutero pensa ter o apoio papal ao discutir estas questões. Na época julga poder usar a opinião papal contra seus adversários. Somente alguns anos mais tarde é que verá que estava enganado.
19. Pessoa comissionada pela Igreja com a venda de indulgências. O príncipe-eleitor e arcebispo de Mogúncia, Alberto de Hohenzollern, era comissário-mor para a província eclesiástica alemã. João Tetzel, o pregador dominicano, era subcomissário.
20. Durante o período de sua permanência em uma localidade, o comissário era senhor absoluto sobre a igreja e sobre os sacerdotes. Determinava quando e onde poderia ser pregado. Podia, além disso, suspender as indulgências especiais, proibir a confissão, sob pena de excomunhão, designar

confessores de indulgência. – Nas teses 53-55 bate forte o coração de Lutero: a indulgência ameaça silenciar a palavra de Deus. Único fundamento da Igreja e da fé é a palavra de Deus (cf. tese 62). Também nesse aspecto, Lutero julga contar com o apoio papal. Ele espera ser possível uma reforma da Igreja de dentro para fora.

21. O tesouro da Igreja é formado pelas obras excedentes de Cristo e dos santos. Estas obras excedentes estão confiadas à administração papal como *thesaurus bonorum operum*. Cabe ao papa distribuí-las a quem delas necessita. Lutero nega essa concepção na tese 58.

22. Lutero ainda assume o conceito católico-romano dos santos e de seus méritos.

23. Diácono romano, morto na perseguição de Valério (258). Segundo a lenda, ao ser intimado pelo juiz a entregar os tesouros da Igreja, Lourenço, que era diácono, apontou para os pobres da comunidade.

24. Cf. tese 6.

25. Cf. Mt 20.16.

26. Sc. com excomunhão.

27. A teologia católica distingue entre pecados veniais e pecados mortais. Os primeiros não são pecados no sentido lato do termo. Os segundos referem-se aos sete pecados capitais. Estes, enquanto não forem perdoados, têm como consequência a morte eterna, devendo, por isso, ser confessados.

28. Sc. espirituais.

29. Sc. nas igrejas.

30. Missas e intercessões em memória das almas dos falecidos.

31. Referência a Marco Licínio Crasso, protótipo do homem rico da Antiguidade.

32. Cf. Jr 6.14; 8.11; Ez 13.10,16.

33. Cf. At 14.22.

OBRAS SELECIONADAS, Martinho Lutero, Volume 1, páginas 22 a 29, Editora Sinodal. Disponível em <http://www.e-cristianismo.com.br/historia-do-cristianismo/lutero/as-95-teses-de-lutero.html>↑ acesso em 07 de agosto de 2108.